

DÍVIDA EXTERNA

TÍTULOS

VIRAM BOM NEGÓCIO

Previsão do NMB Bank

Fernando Gentil, presidente do NMB Bank, negocia a cada ano de US\$ 4 bilhões a US\$ 6 bilhões só em títulos da dívida externa brasileira. Com essa experiência, ele diz que o acordo do Brasil com os bancos é melhor que o do México e espera que as pessoas físicas logo possam aplicar nesse mercado de US\$ 800 bilhões (o total das dívidas dos países em desenvolvimento), onde já estão os aplicadores chilenos e mexicanos. É um negócio de risco, mas promissor: nos últimos meses, um título brasileiro chegou a valer 22% (22 centavos por dólar) atingindo 35 a 36 centavos na semana passada, com lucro de 60% em dólar (a taxa de juros no exterior é da ordem de 5% ao ano). "Mas para isso, é preciso liberdade cambial", observa Gentil.

JT — Como analisa o acordo brasileiro com os bancos?

Fernando Gentil —

É bom, mas melhor é seu efeito multiplicador. Abre caminho para a entrada de recursos, mais importações que reduzirão a inflação e um passo para que o Brasil adote o câmbio único.

Nosso acordo é melhor que o do México?

Nosso juros fixos são menores nos primeiros anos. As garantias podem ser entregues aos poucos, em até dois anos, o chamado *phase-in*. E o Brasil não paga todos os juros há três anos, e este valor, US\$ 12 bilhões, foi incluído na renegociação, o que não aconteceu com o México. Além disso, nós oferecemos mais opções para os bancos. Se houver distribuição equilibrada entre as várias modalidades, poderá sair mais barato, porque alguns instrumentos exigem garantias maiores. O México ofereceu só três opções — o bônus de desconto, o Par Bond e a opção de dinheiro novo, e pagou caro. Nós oferecemos sete opções.

E o seu banco?

O NMB tem créditos pequenos com o Brasil, cerca de US\$ 80 milhões. Não há consenso interno sobre o que é melhor. Há posições extremas: uma é converter dívida em capital de risco de instituições financeiras no País e alguns bancos vão querer isso; a outra é buscar a segurança máxima, optando pelo Par Bond onde não há risco do principal e as provisões cobrem a redução de 35% da dívida.

É possível atrair dólares sem um avanço na política fiscal?

O acordo final deverá estar pronto até dezembro e poderá haver obstáculos: o Brasil quer recursos do FMI, Banco Mundial e dos japoneses para formar as garantias. Se a reforma fiscal não progredir, os financiadores poderão segurar empréstimos e faltarão o dinheiro para as garantias. A implantação do acordo está amarrada à reforma fiscal.

Fábio Pahim Jr.



Itamar Miranda/AE